



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING IMPRESSO**

**05/02/2012**

# INDICE

---

1. JORNAL A TARDE	
1.1. COMEÇAR DE NOVO.....	1 - 2
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. AVISO.....	3
2.2. INFORMATIVO.....	4
2.3. SISTEMA CARCERÁRIO.....	5 - 6
2.4. VARA CÍVEL.....	7
3. JORNAL O IMPARCIAL	
3.1. DESEMBARGADORES.....	8 - 10
3.2. PARCELIAS.....	11 - 14
4. JORNAL O QUARTO PODER	
4.1. COMEÇAR DE NOVO.....	15
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. COMARCAS.....	16
5.2. COMEÇAR DE NOVO.....	17 - 18
5.3. DESEMBARGADORES.....	19
5.4. INSTITUCIONAL.....	20
5.5. JULGAMENTOS.....	21 - 23
5.6. VARA CÍVEL.....	24

## Convênio prevê capacitação de detentos



*Parceria integra o programa Começar de Novo, criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para prevenir a reincidência criminal por meio de ações de ressocialização*

Sessenta detentos do Maranhão vão participar de cursos profissionalizantes e serão empregados em obras do setor da construção civil. É o que prevê convênio assinado na quinta-feira (2/2) entre o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e a empresa LN Incorporações Imobiliárias LTDA, a Defensoria Pública do Estado e Secretaria de Justiça e Administração Penitenciária (SEJAP). A parceria integra o programa Começar de Novo, criado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para prevenir a reincidência criminal por meio de ações de ressocialização.

De acordo com o convênio, assinado na Escola da Magistratura do Maranhão, na capital São Luís/MA, caberá à Defensoria Pública, ao TJMA e à SEJAP a seleção e o encaminhamento dos reeducandos para os cursos e os postos de trabalho oferecidos pela construtora LN. A parceria foi articulada pelo desembargador Froz Sobrinho, coordenador do programa Começar de Novo no Estado.

Este convênio é mais uma iniciativa do TJMA voltada à ressocialização de detentos e egressos do sistema carcerário do Estado. Em outra ação com esse objetivo, um grupo de 30 reeducandos iniciou dia 25 curso de capacitação em mecânica de motocicletas, ministrado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), igualmente parceiro do Começar de Novo.

### **Sistema Carcerário do Estado fará audiência na OAB**

Acontece amanhã, às 16h, a Audiência Pública do Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário do Maranhão. O evento será realizado no auditório da OAB/MA e contará com a participação de representantes da Comissão de Direitos Humanos da Seccional maranhense e do coordenador-geral do Mutirão Carcerário, desembargador José de Ribamar Fróz Sobrinho.

O Grupo de Monitoramento do Sistema Carcerário do Maranhão faz parte do Programa "Começar de Novo", idealizado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e implantado em São Luís pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJMA). A audiência de segunda-feira, também contará com a presença de representantes dos Executivos estadual e municipal, Ministério Público, Poder Judiciário e da sociedade civil organizada.

**AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2012  
Processo n.º. 12.403/2011**

A Divisão de Licitação e Contratos do Tribunal de Justiça do Maranhão torna público que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, Lei Complementar n.º 123/06, do Decreto Federal n.º 5.450/05, dos Decretos Estaduais n.º 26.645/10 e n.º 24.628/08, Resolução n.º. 18/04- TJ/MA e subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Tipo MENOR PREÇO, por LOTE**, para **Aquisição de água mineral acondicionada em vasilhames plásticos de 20 litros e garrafas plásticas de 1,5 litros, bem como o fornecimento de vasilhames plásticos de 20 litros**, no dia **15/02/2012, às 11:00 horas (horário de Brasília)**, através do uso de recursos de tecnologia da informação, site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), sendo presidida por Pregoeira Oficial do TJ/MA, na sala da Divisão de Licitação e Contratos, situada na Rua do Egito, 144, Centro, CEP 65.010-190, São Luís- MA. A pregoeira informa que, o edital encontra-se disponível na página web do Comprasnet – endereço [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).

São Luís, 1º de fevereiro de 2012.

**JOANNE DIAS CUNHA**  
Pregoeira TJ/MA

# Democracia à brasileira

**CARLOS NINA**

**Não** acredito em democracia relativa. Isso não significa que, na prática, um país que convive com tortura e outras aberrações não seja democrático. Pode ser, desde que suas instituições, suas autoridades, seus Poderes sejam exercidos nos limites dos princípios básicos da democracia e os excessos e abusos sejam punidos.

Quando, porém, suas instituições, através de seus prepostos, pretendem impor interpretação casuística, exceção a princípios a todos impostos, delinea-se, aí, perigoso atentado às bases da democracia.

É o que vejo nessa polêmica em torno do Judiciário. Poucos estão preocupados com a preservação dos valores democráticos. O apoio popular à ação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) contra magistrados acusados de corrupção é compreensível, mas não pode deixar de lado a questão metodológica. Afinal, o princípio de que os fins justificam os meios não foi recepcionado pela democracia, nem pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Assim, se o CNJ quer posar de arauto da moralidade, tem que preservar sua própria autoridade, observando os princípios que ele mesmo prega.

Não me disponho, neste momento, a discutir a legitimidade ou constitucionalidade de o CNJ processar e julgar magistrados, por competência concorrente com os Tribunais e suas Corregedorias. O que causa espanto é que o CNJ, na sua empreitada, tem praticado condutas, no mínimo, igualmente reprováveis e contraditórias.

Um exemplo do qual tratei publicamente foi uma decisão de membro do CNJ contra multa fixada em processo judicial. Além da quebra do devido processo legal, o mais inusitado foi que a decisão foi dada em função de um telefonema. Claro que não foi de um cidadão sujeito à igualdade constitucional, mas de um advogado de um banco oficial. O CNJ entrou como aqueles heróis do faroeste americano, para quem a lei e a justiça eram

detalhes irrelevantes para enfrentar os malfeitores. É como se Alan Ladd, Audie Murphy, John Wayne, Henry Fonda, Gary Cooper, Yul Brinner e outros cowboys se incorporassem na áurea acima do Judiciário, para limpar a cidade, porque o juiz e o xerife não estão dando conta do recado, são corruptos ou simplesmente omissos e incompetentes.

Mas não estamos no faroeste. Estamos num Estado democrático, de acordo com a Constituição Federal. Então, os princípios e as normas devem valer para todos. Nenhuma autoridade ou instituição está acima deles, por mais justas e nobres que sejam suas intenções.

O aval que está sendo dado para o CNJ é um absurdo, especialmente pela contradição de seu principal fundamento: a omissão e o corporativismo.

## **Se o CNJ quer posar de arauto da moralidade, tem que preservar sua própria autoridade, observando os princípios que ele mesmo prega**

mo das Corregedorias.

De acordo com o ministro Gilmar Mendes, "Até as pedras sabem que as corregedorias não funcionam quando se cuida de investigar os próprios pares". Segundo a mídia, ele teria afirmado que o CNJ foi criado para suprir essas deficiências. Se é assim, impõe-se a seguinte questão: se o CNJ foi criado porque as Corregedorias não funcionavam; se as Corregedorias continuaram não funcionando, ao ponto de processos contra magistrados continuarem sendo feitos diretamente pelo CNJ; se as Corregedorias são corporativas, no pior sentido do termo; por que o CNJ, que foi criado para combater essa situação, tem como foco os magistrados e não as Corregedorias?

Se, por outro lado, o CNJ deixa impunes os corregedores omissos e coniventes, isso também não é corporativismo?

É como se alguém quisesse tratar os doentes de um hospital sujo, infectado, dando remédios para os pacientes, mas deixando as bactérias infestando o ambiente. Insisto, portanto, na tese de que, se o CNJ quer fazer o trabalho das Corregedorias porque estas não o fazem, então para que manter esses órgãos, que custam muito dinheiro aos contribuintes?

Assim, é difícil levar a sério o Brasil. Não pelo país, abençoado por Deus, como canta Jorge Ben Jor, mas pelo protagonismo hilário, quando não de cinismo circense, de não poucas de suas autoridades públicas e lideranças da sociedade civil.

Lembro-me da frase atribuída a Charles de Gaulle: "*n'est pas un pays sérieux*".

Mais recentemente, em Las Vegas, o pedido dos advogados de um brasileiro, para que, tendo sido condenado, cumprisse pena no Brasil, foi rejeitado pelo juiz Michel Viliani sob alegação de que o Brasil não é um país sério e o condenado não seria mantido na cadeia.

Entre a época do general francês e a do juiz americano, Stanislaw Ponte Preta já tinha resumido o cotidiano brasileiro como um verdadeiro samba do crioulo doido.

O CNJ pode e deve fazer um trabalho extraordinário para melhorar o Poder Judiciário. Mas não sob a máxima de que os fins justificam os meios, estilo captado pelo avesso das lições de Machiavel. Isso é válido para qualquer regime, especialmente os mais autoritários. Não para o regime democrático. Nas democracias não de prevalecer princípios cuja aplicação podem até beneficiar bandidos, mas são essas garantias que protegem os cidadãos de bem.

Entre deixar impunes maus magistrados e dar poderes supra constitucionais a quem quer que seja, prefiro os primeiros. Os segundos são mais perigosos.

.....  
Advogado

# Presídio de Imperatriz abrirá mais de 200 vagas este ano

Obras, em ritmo acelerado, já atingiram 60% e quando concluídas serão 218 celas, que, segundo a Secretaria de Justiça e Administração Carcerária, acabarão com os problemas de superlotação do sistema carcerário na Região Tocantina

**O** sistema prisional do Maranhão ganhará novas vagas ainda este ano. A conclusão das obras no presídio de Imperatriz - 530 km da capital - abrirá mais de 200 vagas no sistema carcerário do estado. Os serviços, que são uma iniciativa da Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap), órgão gerido pelo secretário Sérgio Tamer, visam acabar com a superlotação nas unidades prisionais do estado.

Em uma área medindo 3.112 m<sup>2</sup>, as obras, com o intuito de restaurar a instituição prisional, andam em ritmo acelerado. O gestor de articulação da Sejap no sul do Maranhão, Valmir Alves, informou que o serviço já está 60% concluído. Segundo ele, a finalidade é oferecer ao apenado um lugar melhor estruturado para cumprimento da pena. "A ideia é garantir um ambiente estruturado para que os presos possam cumprir a pena. Precisamos acabar com a superlotação, que é um dos maiores problemas de todo o sistema prisional do país", declarou o gestor.

Valmir contou que a área designada para construção do presídio media 2.282 m<sup>2</sup>. No entanto, para ampliar ainda mais, foram acrescentados mais 230 m<sup>2</sup>. Alves disse ainda que, com isso, o tempo de serviço aumentou. "Começamos com essa área disponível, depois foi acrescentado mais 230

## Mais

**O presídio** de Imperatriz ganhará em suas instalações uma torre de visoria, ala de saúde, além de uma subestação elétrica. Ainda contará com área de serviço de lavanderia e cozinha; bem como um pátio para a prática de esportes. "Todos os investimentos necessários para a melhoria do sistema penitenciário do Maranhão estão sendo realizados. Esse presídio terá estrutura para ser um dos melhores do Estado", comentou Alves.

m<sup>2</sup> e automaticamente o serviço é ampliado", afirmou o gestor.

Após a construção do presídio de Imperatriz, a unidade terá um total de 218 celas, com capacidade para 12 internos cada. Além disso, a unidade contará com seis salas que servirão para encontros íntimos dos apenados. "Não estamos medindo esforços para acabar com os problemas que giram em torno do sistema carcerário, não só do Maranhão, mas do Brasil também", frisou ele.

**Ressocialização** - A coordenadora do serviço de assistência social da Sejap, Maria Augusta Marinho, contou que uma das principais vantagens que os serviços de construção do presídio de Imperatriz vai trazer de imediato é a questão do trabalhar a reintegração social dos presos. De acordo com a assistente social, a obra na unidade prisional é de fundamental importância para a reintegração dos apenados à sociedade. "Uma coisa contribui para a outra. Como que iríamos trabalhar a

reintegração dos presos à sociedade se as penitenciárias não tivessem estrutura física para isso?", questionou a coordenadora.

Maria Augusta Marinho, que está há um ano na função de coordenadora, mas que já possui cinco como assistente social, contou que os presos do sistema penitenciário do Maranhão participam de políticas públicas como educação, saúde e atividades sócio-culturais oferecidas pelos profissionais que ela coordena. "A intenção é dar o máximo de assistência a esses presos. Não só a eles, mas também às famílias deles", informou a assistente social.

Ela contou ainda que, com os trabalhos de ressocialização oferecidos aos presos, estes poderão sair do sistema prisional - após o cumprimento da pena - tendo uma oportunidade maior de emprego e se readaptar de fato à sociedade. "Com certeza, isso vai refletir positivamente, diminuindo a criminalidade e aumentando as oportunidades de emprego para eles", contou.

Divulgação



**Presídio de Imperatriz em fase final de construção para desafogar o sistema prisional na região**

# Ignorância ou má-fé?

**ORIANA GOMES**

No dia 27 de janeiro do ano fluente, tomei conhecimento de notícia veiculada com informações deturpadas quanto a voto proferido no dia anterior, no julgamento de um recurso, como membro substituto do Tribunal Regional Eleitoral (TRE/MA). Fiquei surpresa com a desinformação ali contida. Ao contrário da ignorância demonstrada pelo "jornalista", não reformulei voto algum. Votei apenas uma única vez. Para conhecimento do tal "jornalista" a signatária não era a Relatora e nem a Revisora do Recurso, portanto, não poderia modificar o voto. Quanto ao outro "jornalista-político" ou vice-versa, se ele tem dono, não é o caso desta magistrada, pois, todas as funções públicas exercidas até a presente data, decorreram de esforço pessoal: passei em 9 (nove) concursos federais e 4 (estaduais), todos nos primeiros lugares, passei em 2 (dois) vestibulares nos primeiros lugares na UFMA (Direito e Pedagogia). Ainda não terminei meu curso de mestrado pela dedicação aos mais de 8 (oito) mil processos que tinha na 3ª Vara Cível, à qual dediquei parte da minha vida e nesta Vara

dos Crimes Contra a Ordem Tributária (e a comunidade maranhense é testemunha disso!). Assim, nada devo a ninguém a não ser ao Senhor Deus e seu Filho Jesus Cristo, a alguns professores, os quais sempre me estimularam e me ajudaram emprestando livros.

Destaco, sobretudo, Rosa Maria Varela (primário); Maria Helena Bello, Concita Quadros, Maria da Graça Jorge (ensino médio), Nivaldo Macieira, Alberto Tavares, Dionísio Rodrigues (no ensino universitário), Luiz Flávio Gomes, Vera Regina e Caldas Góis Júnior (Pós-graduação). Como servidora pública em cargos de destaque (Promotora de Justiça, magistrada e professora universitária - este último o mais importante deles) procuro agir com ética e dignidade, portanto, jamais deixaria de proferir um voto que considero compatível com o Direito e a Justiça, para agradar A ou B; ou, por medo da pressão da mídia, que ora é a favor de uns, ora de outros, dependendo daqueles que lhes dão suporte financeiro para manter seus jornais. Não é o caso da signatária.

Quem conhece esta magistrada sabe que se votei pela nulidade do ato, em virtude da não publicação, é porque tal situação fere o princípio

do contraditório e da ampla defesa (artigos 5º, incisos LIV e LV; e 37, caput da Constituição Federal da República). E, nesse caso, não interessa se o réu é branco, preto, azul, amarelo, político, ou não-político. Todos que vão às portas do Judiciário ou nelas são chamados devem ter os direitos respeitados por atos lícitos. Por enquanto, penso que o "jornalista" agiu pela ignorância, da próxima vez, pode-se inferir que agirá de má-fé. Ademais, as decisões judiciais possuem meios próprios para serem discutidas, evidente que os meios de comunicação não são apropriados para atacar tais decisões e, muito menos, o convencimento e a dignidade do magistrado! A função do verdadeiro jornalista é comunicar a verdade dos fatos, agora, iniciar uma matéria distorcida, apenas por critério de conveniência política, é falta de ética não somente com os colegas de profissão, mas com a própria sociedade. Por outro lado, a função do magistrado é não compactuar com atos processuais nulos, preservando a dignidade de todos!

.....  
Especialista em Ciências Criminais, pós-graduanda em Direito Constitucional e Tributário, magistrada e professora da UFMA

# “Faremos concurso”

Presidente da Casa fala com exclusividade a **O Imparcial** sobre denúncias envolvendo deputado, antecipação da eleição da Mesa, entre outros assuntos

AGENOR BARBOSA

**O** peemedebista **Arnaldo Melo (PMDB)** assumiu a presidência da Assembleia Legislativa há um ano e na metade do seu mandato já precisou lidar com duas denúncias emblemáticas, envolvendo parlamentares. A mais recente é uma acusação contra o deputado **Carlos Filho (PV)**.

Em entrevista à reportagem de **O Imparcial**, o presidente da Mesa Diretora esclareceu como a Casa pretende manter o funcionamento dos trabalhos durante o período eleitoral, falou sobre a possibilidade de reeleição ao final do ano, criticou a decisão do STF sobre PEC dos aposentados, denúncias criminalizando deputados, entre outros assuntos. **O Imparcial** – Esta semana surgiu uma denúncia contra o deputado **Carlos Filho**, onde ele é acusado de empregar um “laranja” na Assembleia. O que está sendo feito a respeito disso?

**Arnaldo Melo** – Tomamos conhecimento dessa denúncia através de blogs e vamos tomar todas as providências necessárias como fazemos sempre. A Mesa Diretora e o presidente recebem e acatam todas as denúncias que forem feitas para que se cumpra o que determina o regimento e a Constituição.

**Esse caso já foi encaminhado para alguma instância da Casa?**

Eu já conversei com o deputado **Carlos Filho** para saber se estava respondendo a algum processo e ele disse que não tinha conhecimento e que ficou sabendo também através de blogs. De modo que a Assembleia Legislativa tem as suas assessorias, de cada setor, e tem a sua Procuradoria. A procuradora **Ana Maria Dias Vieira** será acionada para estudar e fazer a apresentação do problema.

**Há vários anos surgem comentários e denúncias sobre funcionários fantasmas na Assembleia. Houve algu-**

**ma outra denúncia?**

Na minha gestão não chegou, mas, como estou naquela Casa há muitos anos, sei que são vários processos que tramitam na Justiça Federal em Brasília de outros momentos na Assembleia. Vários deputados foram citados e apresentaram suas defesas e justificativas. Neste momento e sobre este assunto é o primeiro caso.

**Como a Assembleia pretende dar transparência às nomeações dentro da Casa?**

Temos um cuidado permanente e conversamos com os colegas para que cada deputado avalie seus gabinetes e as pessoas que são contratadas. Temos recomendado cuidado. Porque em função da dinâmica de um deputado passar dois anos e se licenciar ou não se elegerem depois de quatro anos surgem essas situações.

**Como a Mesa Diretora pretende manter os trabalhos legislativos em andamento durante o período eleitoral em que a maioria dos deputados recorre às bases eleitorais no interior para dar apoio na disputa pelo executivo municipal?**

Essa é uma praxe dos poderes legislativos no Brasil. Quando chega o ano de eleições municipais precisamos ajudar os grupos políticos do interior e as nossas bases a escolher os prefeitos e vereadores, então isso leva tempo. Na Casa Legislativa a gente se organiza através dos partidos e blocos para que as comissões tenham dia e hora precisos para analisar e votar as matérias e depois encaminhá-las ao plenário. E o plenário se organiza para não deixar a pauta travar, fazendo votações ostensivas com um esforço concentrado da maioria dos deputados. Nesse momento não tem interesse de governo ou oposição, todos os deputados querem que a pauta esteja atualizada para terem tempo de ir ao interior e tratar das eleições.

**O senhor pretende trabalhar para**

**se reeleger como presidente da Assembleia Legislativa?**

Estamos conversando com os colegas e a minha candidatura depende de um grupo. Eu trabalhei durante muito tempo contra a reeleição, mas eu pertencço a um colegiado de 42 deputados. Fui eleito presidente e obedeço à maioria, o que decidirem, em consenso, contará com o meu apoio. Se essa maioria decidir que não devo ser candidato, votarei em quem for indicado.

**Há uma especulação sobre a antecipação das eleições. Isso é possível?**

A Casa é política, então faz política todo dia. Está sendo discutida essa possibilidade de antecipação. Eu também deixo isso a critério dos demais deputados. Se eles decidirem mudar a presidência ou antecipar a eleição, terão o meu apoio. Eu presido a Casa conversando, seja com o bloco de governo ou oposição e quero manter essa harmonia.

**Durante a solenidade de abertura o senhor disse que os parlamentares têm o desafio de fazer a Assembleia ser do tamanho do Maranhão e na primeira sessão dos trabalhos esse discurso foi retomado pelo deputado Rubens Junior que falou sobre a TV Assembleia. Já existe recurso previsto para a criação do canal?**

A construção do prédio para instalarmos a TV Assembleia é um desejo de todos os deputados e trabalhamos dentro do nosso orçamento para este ano licitar, agora de fevereiro a março, esta obra. Fizemos um convênio com o Senado Federal e recebemos do presidente **José Sarney** o apoio neces-

sário para fazer uma parceria e colocar um sinal digital aberto para toda a Ilha de São Luís e depois levar aos grandes centros do Maranhão. Licitamos o projeto executivo e teve um escritório que ganhou e aguardamos as peças complementares do projeto. Licitaremos a obra e vamos exigir a conclusão o mais rápido possível, porque pretendemos inaugurar até o meio do ano. Teremos um sinal no satélite juntamente com a TV Senado e o número do nosso canal já foi definido: será o 51, no mínimo uma boa idéia.

**Ainda sobre os discursos do primeiro dia de trabalho, foi levantada a necessidade de concurso público para o Legislativo, como isso está sendo trabalhado?**

No ano passado determinamos aos nossos diretores que fizessem uma análise de cada setor para que vissemos as necessidades que são muito grandes. O Poder Legislativo funciona diferente dos outros, com 42 deputados que se renovam às vezes quase a metade. Para isso temos que ter uma estrutura permanente e outra dinâmica. Cada gabinete muda toda a assessoria quando sai o parlamentar, mas no eixo administrativo já autorizei que nos tragam as necessidades para dentro do nosso orçamento fazermos o concurso este ano.

**Durante o ano passado explodiram denúncias sobre esse assunto e uma das informações era que existia apenas uma dezena de funcionários concursados.**

Esse número está totalmente errado. Só regulamentados pela Mesa Diretora em gestões passadas são mais de 400 efetivos. Não tenho a quanti-

dade precisa dos concursados neste momento, mas é uma informação que está disponível na Mesa Diretora da Casa. Mas, é uma quantidade muito superior a esse dado.

**Como o senhor avalia a aprovação da chamada "PEC da Bengala" e da resolução sobre a criação dos municípios que esbarram na instância federal?**

Pejorativamente a denominaram de "PEC da Bengala", mas surgiu do interesse de um grupo com mais de 70 anos de idade em plena fase produtiva. Se a pessoa acha que trabalhar a satisfaz deve continuar, agora não se deve tirar o direito de quem quer se aposentar. Então, acho que foi uma decisão retrógrada do Superior Tribunal Federal quando, ao invés de analisar as matérias que estão tramitando, simplesmente a veta de forma veemente. Tenho certeza que o país em breve vai aprovar uma lei semelhante.

Sobre a criação dos municípios existe uma polêmica muito grande de quem não se aprofunda no assunto. A emancipação de municípios é prerrogativa do Poder Legislativo estadual, está na Constituição. Quando emancipamos 81 municípios, o deputado maranhense César Bandeira entrou com a proposta dizendo ser prerrogativa das Assembleias, só que num período definido pela Câmara Federal, o que nunca foi regulamentado. Os deputados federais têm que cumprir a sua obrigação de votar essa matéria. Eles estão devendo isso aos estados.

**No Congresso Nacional duas matérias devem movimentar a Casa este ano, a Lei Geral das Greves e o Có-**

**digo Florestal, quais são os principais desafios deste ano no Legislativo Maranhense?**

O nosso legislativo está hoje estruturado para atender toda a demanda da sociedade. Tivemos um momento importante já com a Medida Provisória sobre o Código de Licitação, onde o ministro Benjamin disse com todas as letras que o Maranhão sai na frente dos demais estados com um código moderníssimo. Vamos segunda-feira encaminhar essa Medida Provisória às comissões, analisá-la e aprová-la o mais rapidamente dentro do tempo regimental. Seja qual for a demanda estaremos aptos.

**Qual o balanço que o senhor faz da sua gestão até agora?**

O ano de 2011 foi positivo. Tivemos algumas dificuldades, mas foram criadas pelo momento e que a Assembleia não podia fugir como as greves. Como o Poder Legislativo poderia fugir a uma discussão dessa, suscitada por um segmento importante da sociedade, pedindo apoio na análise daquela situação. Então, a Assembleia se apresenta frontal e conversa com a sociedade, Poder Judiciário e Executivo. E, como digo, vamos trabalhar nessa linha para que haja um contrapeso entre avanços do governo do estado nas operações financeiras, aplicação dos recursos públicos, execução das obras. O próprio Poder Judiciário manda as suas matérias para a Assembleia e aprovamos em tempo hábil para que ele possa fazer o trabalho dele. Pretendemos continuar trabalhando nessa linha com a responsabilidade que executamos.



Se eles decidirem mudar a presidência ou antecipar a eleição terão o meu apoio. Eu presido a Casa conversando, seja com o bloco de governo ou oposição e quero manter essa harmonia



Teremos um sinal no satélite juntamente com a TV Senado e o número do nosso canal já foi definido: será o 51, no mínimo uma boa idéia



Sobre a criação dos municípios, existe uma polêmica muito grande de quem não se aprofunda no assunto. A emancipação de municípios é prerrogativa do Poder Legislativo estadual, está na Constituição

#### ■ VIOLENCIA

## EM JANEIRO, FORAM REGISTRADOS 64 HOMICÍDIOS NO IML

Segundo registros feitos pela Polícia Técnica no Instituto Médico Legal, no mês que abriu o ano de 2012, foram registrados 64 assassinatos na cidade. O número corresponde a menos da metade das mortes no trânsito, com 35 vítimas de atropelamentos ou resultados de colisões entre veículos.

URBANO 5

## BALANÇO

# Homicídios lideram ranking

De acordo com informações do livro de ocorrências do IML, índices de homicídios no mês de janeiro foram maiores que acidentes de trânsito

## AUGUSTO DO NASCIMENTO

**U**ma análise preliminar dos registros feitos pela Polícia Técnica do Instituto Médico Legal (IML) de São Luís, no último mês de janeiro, relativos aos corpos que deram entrada na sala de necropsia do local, revelam uma incidência bastante superior de homicídios, em comparação com os casos de acidentes de trânsito. Com base no que consta do livro de ocorrências da permanência do IML, foram 64 assassinatos causados por disparos de arma de fogo, perfurações de arma branca e agressões físicas. No mesmo período, registraram-se 35 vítimas fatais de acidentes de trânsito, por colisões de veículos ou atropelamentos.

Deve-se esclarecer que os registros da Polícia Técnica designam a procedência de onde os corpos foram recolhidos para necropsia pelos médicos legistas do IML. Dessa forma, alguns dos casos registrados, sendo procedentes de hospitais, po-

# 35

acidentes de trânsito  
registrados no IML em janeiro

dem se referir a ocorrências fora da Região Metropolitana de São Luís, mas que foram encaminhados às casas de saúde da capital.

## Homicídios

Em relação aos homicídios, a maioria absoluta (65 %) foi provocada por arma de fogo, totalizando 42 ocorrências. Das vítimas que não resistiram aos ferimentos causados por golpes de arma branca, foram 15 os casos registrados, enquanto sete pessoas morreram em razão de terem sofrido agressões físicas.

Chama a atenção que as vítimas eram todas do sexo masculino, devendo-se considerar que apenas um registro não trazia informações a esse respeito. Com exceção de três ocor-

rências sem especificação de idade, pois os corpos não chegaram a ser identificados, mais de 62% dos casos registrados em janeiro para necropsia eram de jovens: sete ainda não tinham atingido os 21 anos, outros 31 se encontravam entre essa idade e os 30 anos. De todas as faixas etárias, a maior incidência de mortes violentas, 11 no total, foi de pessoas que contavam 22 anos de idade.

Das vítimas de homicídio registradas pela Polícia Técnica, 33 chegaram a receber atendimento médico, sempre em hospitais públicos. Isso representa pouco mais da metade do total de ocorrências. Os demais corpos foram recolhidos diretamente dos locais onde ocorreram os crimes.

O centro médico que mais recebeu vítimas foi o Hospital Municipal Djalma Marques (Socorrão I), no Centro, onde deram entrada 21 dos incidentes fatais registrados naquele mês. De lá, foram encaminhados ao IML os dois casos mais jovens, que tinham 16 anos ao morrer, e o

# 64

homicídios registrados  
no IML em janeiro

mais velho, aos 72 anos, todos assassinados por tiros. Do Hospital Municipal Clementino Moura (Socorrão II), na Cidade Operária, 10 corpos seguiram para a necropsia, além de outras duas vítimas procedentes, cada uma, das Unidades Mistas da Raposa e de Bacabeira.

Ludgero Ferreira, de 71 anos, baleado no bairro Janaína no último dia 24, sequer deu entrada em uma casa de saúde, sendo encaminhado ao IML pela própria ambulância do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (Samu).

## Acidentes de trânsito

Dentre as 35 vítimas de acidentes fatais de trânsito registradas no IML em janeiro, mais da metade foi so-

corrida nos dois principais hospitais públicos da capital. A maioria (18) recebeu atendimento médico no serviço de urgência do Socorrão II, enquanto 4 pessoas foram recolhidas no necrotério do Socorrão I, e uma pessoa foi atendida no Hospital da Raposa. Muitos dos casos chegaram a essas casa de saúde vindos de outros municípios do estado.

Foi do Socorrão II que Daniel Fernandes da Costa Melo, de 5 anos, morto em 26 de janeiro, foi encaminhado para os exames periciais por médicos legistas, assim como Elias Ferreira dos Santos, de 89 anos, vitimado no dia 11. Nesse período, eles foram, respectivamente, a vítima mais jovem e a mais velha, conforme informações do livro de ocorrências.

A Polícia Técnica também registrou a entrada de três mulheres na sala de necropsia do IML. Uma dessas vítimas, Geliane Rodrigues da Silva, de 27 anos, foi necropsiada em 23 de janeiro. A julgar pela quantidade de registros de acidentes fatais, esse foi o dia mais violento da-

quele mês, com quatro ocorrências.

Ao contrário do que se verificou em relação aos homicídios, a maioria dos acidentes fatais de trânsito registrados, em número de 22, correspondendo a quase 63 % dos casos, envolveu pessoas com idade superior aos 30 anos.

## Outras Ocorrências

Além das ocorrências de homicídios e acidentes fatais de trânsito, os registros da Polícia Técnica do IML trazem casos de mortes provocadas por afogamento (4), acidente vascular cerebral (1), descarga elétrica de alta tensão (5), desabamento de muro sobre pessoa (1), queda (3), parada cardiorrespiratória (1), acidente de trabalho (1), e sete mortes que não tiveram as causas esclarecidas, embora quatro desses corpos tenham sido provenientes de hospitais. Ainda foi registrada a ocorrência de uma criança natimorta, filha de uma presidiária da Penitenciária de Pedrinhas, e um feto, de cerca de sete meses, abandonado sob uma ponte na Estrada da Maioba.

## ■ AÇAILÂNDIA

### DPE discute atendimento a dependentes químicos

Em reunião ocorrida na sede da Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA), em Açailândia, representantes da DPE/MA, professores do Projeto Rondon, universitários e sociedade civil organizada discutiram ações de combate e prevenção ao uso de drogas e à exploração sexual de crianças e adolescentes no município.

O encontro teve como pauta

a criação de uma rede de atendimento interdisciplinar, envolvendo as diversas entidades governamentais locais. Para tanto, ficou estabelecida a elaboração de uma cartilha com a definição das funções institucionais da Defensoria Pública, Ministério Público, Judiciário, Polícia Civil e Centros de Referência de Assistência Social (Cras) e de Especializado de Assistência Social (Creas).

Para o defensor público Bruno Joviniano de Santana, a criação da rede irá potencializar as ações de enfrentamento da prostituição infanto-juvenil e do uso de drogas em Açailândia.

O primeiro passo é a definição objetiva das atribuições institucionais de cada ator. Identificadas as competências, o próximo desafio é

fazer com que todos trabalhem de forma integrada. O uso de drogas e a exploração sexual de crianças e jovens na cidade é questão de saúde pública. Seu enfrentamento exigirá o concurso de diversas ações. Não há soluções mágicas. O esforço é coletivo, ponderou. Representantes das instituições e entidades presentes também se comprometeram em acompanhar a criação do Conselho Municipal Antidrogas e verificar a possibilidade de criação do Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPS-ad), como política inicial de atendimento ao dependente químico, com apresentação da instrução normativa que determina as exigências de criação pela Secretaria de Saúde, em parceria com o Conselho Municipal de Saúde.

## Polícia

### Sejap celebra convênio que insere apenados na construção civil



Representantes da Sejap, Defensoria Pública e Tribunal de Justiça durante assinatura do termo

A Secretaria de Justiça e de Administração Penitenciária (Sejap) celebrou, nesta semana, no Auditório da Escola de Magistratura do Maranhão (Esmam), convênio entre Defensoria Pública Estadual (DPE), Tribunal de Justiça (TJ) e Lua Nova Incorporações Imobiliárias para garantir o ingresso de 60 internos- sendo 18 mulheres- e egressos do sistema prisional na área da construção civil na capital. O encaminhamento é realizado por uma comissão técnica formada por Coordenadores da Sejap, membros da Defensoria Pública alinhado ao Programa Começar de Novo, criado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Representando o secretário Sergio Tamer, a subsecretária Leopoldina Amélia

Barros, destacou o empenho dos órgãos parceiros e iniciativa da Lua Nova Incorporações. "Com o apoio do Governo do Estado, a Sejap e órgãos parceiros do sistema prisional tem alcançado um objetivo que é compartilhado. Esta data marca de forma positiva o sistema prisional com ações que efetivamente fazem da reintegração social uma realidade no Maranhão" ressaltou.

Frente à pasta de reintegração social, o secretário-adjunto de Justiça, Ribamar Cardoso Lima, explicou que a iniciativa vai beneficiar internos do regime semi-aberto e aberto, além de garantir o direito de remissão de pena. "A cada três dias de trabalho um dia é diminuído na sentença do apenado de acordo com a Lei de Execução Penal (LEP).

**❖❖ Por que a comarca de São José de Ribamar é referência há quase dez anos para centenas de causídicos, pela celeridade dos processos que não chegavam a seis meses para a sentença, e hoje parece 'largada', com 1 'togado' respondendo por três varas????!!! Pense num 'Deus nos acuda'!!! 'Don Guerreiron' neles!!!**

# Sejap inicia 2012 com balanço positivo no campo da ressocialização dos presos

A Secretaria de Estado da Justiça e da Administração Penitenciária (Sejap), órgão gerido pelo secretário Sérgio Tamer, inicia o ano de 2012 com um balanço positivo no âmbito da ressocialização dos internos do sistema prisional maranhense. A informação é do coordenador geral de Assistência, Amaury Conceição de Oliveira Chaves.

O coordenador contou que a Sejap está colhendo bons frutos na área da Educação. De acordo com ele, a aprovação de sete internos do sistema carcerário no Enem já representa uma grande conquista nesse seguimento. "São vários internos que vão ter oportunidade de cursar o ensino superior", afirmou Chaves.

Outro ponto positivo deste ano, no intuito de garantir a cidadania aos presos, foi a entrega do cartão do Sistema Único de Saúde (SUS) aos apenados. Para Amaury, com o cartão em mãos, o interno está devidamente qualificado para ser melhor atendido nas casas de saúde. "Com certeza o preso está devidamente qualificado para que possa ter um atendimento de acordo com aquilo que é o próprio Regulamento do Sistema Único de Saúde do nosso país", disse.

Além disso, o coordenador geral de Assistência ainda garantiu no começo deste ano, na área de formação profissional, cursos ofertados nas próprias unidades prisionais, no sentido de acabar com a ociosidade e garantir a possibilidade de emprego aos presos, após a saída destes das unidades. Os cursos profissionalizantes implantados, principalmente no presídio feminino, foi o de corte e costura, culinária e alfabetização.

**Psicologia** – Para ampliar ainda mais os trabalhos neste início de ano, a Secretaria Adjunta de Reintegração Social, por meio do Núcleo de Psicologia, tem desenvolvido inúmeras atividades. O coordenador de Assistência Psicológica, Ângelo Macedo, contou que os projetos estão sendo desenvolvidos de forma estratégica para que as ações sejam bem alinhadas nas unidades prisionais. Conforme Ângelo, dentro do cronograma, já estão sendo colocadas em prática atividades como auxílio e assistência à família dos apenados, atendimentos individualizados aos presos e também está sendo trabalhada a questão dos pareceres psicológicos, por meio dos exames criminológicos. "Estamos fazendo ainda o recrutamento e seleção para o desenvolvimento das aptidões dos internos, para saber quem realmente tem perfil para exercer atividades x ou y", contou Macedo.

Contudo, o núcleo de psicologia da Sejap faz também esse tipo de triagem quando envolve cursos profissionalizantes aos internos. "Essa triagem é feita para termos a certeza de quem são as pessoas que nós vamos encaminhar para fazer o curso", disse o coordenador. E ainda são oferecidos pelo Núcleo de Psicologia, junto às outras coordenações do órgão, trabalhos externos e internos aos presos. Ângelo informou que os trabalhos mais constantes realizados pelos psicólogos são realizados dentro da Penitenciária de Pedrinhas, Presídio São Luís e no Presídio Feminino e no Albergado Masculino. "Nós também temos trabalhos no interior do Estado, na Penitenciária de Pedreiras,

por meio da metodologia PAC", enfatizou o coordenador.

**Laborterapia** – Outro setor que também busca fazer ações no sentido de ressocializar os internos é o de laborterapia da Sejap. De acordo com a coordenadora de Assistência Laborterápica, a terapeuta ocupacional Grazielle Barcelar Couto, este ano o setor já iniciou suas atividades. "Temos feito um levantamento de perfil, a fim de indicar para atuar em vários trabalhos como artesanato e os de horta, por exemplo", contou. Entretanto, os trabalhos vão além de indicações. A terapeuta ocupacional disse que dentro da unidade feminina existe uma profissional da área faz atendimento das crianças filhas de internas. "Ela faz a análise neurológica das crianças, contribuindo para que elas venham se desenvolver melhor", disse Barcelar.

**Parceria** – Nos primeiros dias deste mês, a coordenação de laborterapia fechou uma parceria com o Tribunal de Justiça e a Defensoria Pública do Maranhão para garantir aos presos um curso de mecânica de motos para evitar a ociosidade dos internos. "Nós trabalhamos em conjunto com outras coordenações como a de trabalho e renda e a de psicologia. Assim conseguimos fazer essa parceria que com certeza está sendo bastante proveitosa", declarou Grazielle.



**Internas do Presídio Feminino aprovadas para cursos superiores, por meio do Enem**

NILSON FIGUEIREDO



**Amaury Conceição, coordenador geral de Assistência da Sejap**

## Franklin Douglas

### O "X" DA QUESTÃO



**D**emorou, mas de tanta repercussão na blogosfera, a notícia ganhou também as páginas dos jornais: mereceu até editorial do jornal da oligarquia (Uniceuma, fraude e transparência – O Estado do Maranhão - 04/02/2012, p. 04), em defesa do Ceuma, claro!

Trata-se de investigação da Superintendência Estadual de Investigações Criminais (Seic), conduzida pelo delegado Breno Galdino, onde se averigua esquema de alteração de notas de pelo menos 700 alunos do Ceuma. Reprovados, ou mesmo sem nem cursar a disciplina, apareciam aprovados após pagarem, a um técnico responsável pela informática da instituição, R\$ 1.700,00, em média, pela fraude em cada nota. A velha máxima do "papai pagou, passou" comprovada no Centro Universitário dos Securys.

Associação de ensino superior, o Ceuma já é uma fraude em si mesmo. Ao povo maranhense, apresenta-se como exemplo de ensino privado, bem gerenciado, modelo de aprendizagem, onde há aulas, não tem greve e os alunos se formam no tempo estipulado. Comparações geralmente realçadas em relação à universidade pública (Ufma, Uema ou Ifma). Mas é nos trâmites do Ministério da Educação que se conhece o Ceuma que não se tem notícia nos jornais ou propagandas em outdoors: "pessoa jurídica de direito privado

sem fins lucrativos" (parecer 457/2011-MEC/Conselho Nacional de Educação, p. 01).

Isso mesmo, a universidade privada Ceuma não tem fins lucrativos! Deve vir daí a justificativa para as mensalidades dos cursos do Ceuma serem tão baratas... e sem fins lucrativos, o que sobra mal dá para seus donos comprarem um jatinho novo!

Para além das ironias, contudo, o fato nos obriga a uma reflexão mais profunda.

É evidente que o Ceuma tem bons docentes, um corpo de funcionários dedicados e um amplo número de estudantes que, em busca de formação profissional, trabalham arduamente durante o dia para poderem pagar seus estudos à noite.

Inclusive, são minoria aqueles que têm dinheiro de sobra para pagar R\$ 1.700,00 para fraudar uma nota. É essa minoria, e sua cultura do desleixo com o estudo, do patrimonialismo e do clientelismo, que fraudam notas no Ceuma, mas também na Uema, na Ufma (como já se toma conhecimento em blogues) e nas demais instituições privadas de ensino.

O Maranhão tem 493 cursos superiores distribuídos por 34 municípios. Desses quase 500 cursos, menos de um terço está vinculado a universidades públicas e efetivamente sem fins lucrativos. Em pequenas cidades que mal tem o Ensino

Fundamental e o Ensino Médio é um sonho, as faculdades privadas de ensino à distância levam, por exemplo, cursos de Serviço Social a Formosa da Serra Negra, Pedagogia a Campestre do Maranhão, Administração a Lago do Junco. Uma verdadeira "revolução" no ensino superior!

Eis aqui, então, a questão: para além dos 700 fraudadores, o que o esquema de alteração de notas evidencia é a falência do modelo de ensino superior no País. Ao propagandear que distribuiu um milhão de bolsas do PROUNI, o governo federal faz um escárnio com a inteligência brasileira e a coloca sob a ojeriza daquele estudante que só está na faculdade por conta da bolsa.

Quem é contra um milhão de jovens acessando o ensino superior graças às bolsas do Prouni? Só a elite endinheirada mesmo é quem torce para dar tudo errado... Não, caro leitor, cara leitora, nada disso!

A elite endinheirada é a que mais apoia o Prouni, afinal parte dela vive desse programa, como os Ceuma's sem fins lucrativos da vida. É para lá que vai o dinheiro da bolsa do Prouni, e não para o bolso do estudante beneficiado. E é sob essa cultura que transforma a UNIVERSIDADE em escola de ensino de terceiro grau (sem pesquisa, sem extensão e com parca qualidade de ensino) que vira costume, e

não crime, fraudar notas para obter um diploma.

Eis o "x" da questão!

Em tempo: (1) entre os nomes que vem a público como beneficiados pela fraude nas notas, há filhos de grandes empresários, vereadores, deputados estaduais, desembargadores... eis porque só temos a comemorar a garantia das prerrogativas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) confirmadas pela maioria do STF. Em pouco tempo, algum advogado de um dos fraudadores vai alegar inconsistência nos procedimentos investigativos, um juiz anulará tudo e apenas os bagrinhos talvez sejam punidos. Á, só o CNJ para nos revelar o que pode ter havido nas entranhas do judiciário maranhense sobre essa questão. Três vivas ao CNJ!

Em tempo: (2) Professores municipais entraram em greve no dia 31 de janeiro. As aulas iniciariam no começo de fevereiro. O prefeito transferiu o início do ano letivo para 15 de março. A partir do dia 10 de abril, a legislação eleitoral veda a prefeito fazer revisão na remuneração dos servidores. Assim, Castelo pode alegar isso para não dar o aumento reivindicado pelo professores ou dar, mas deixando a conta para o próximo prefeito, ainda que seja ele próprio. Empurra o "problema" da educação com a barriga... é assim que também caminha a educação municipal!

Franklin Douglas, jornalista e professor, escreve para o Jornal Pequeno aos domingos, quinzenalmente. Email: oifranklin.ma@gmail.com

# A inconstitucional exigência das custas iniciais na monitoria

**FRANCISCO XAVIER  
DE SOUSA FILHO\***

A isenção das custas iniciais no processo monitorio se ampara no artigo 1102-A e ss do CPC. É ilegal o setor de distribuição impedir o ingresso da ação da monitoria, com base em lei estadual, cuja questão será solucionada pelo juiz. Não pela secretaria ou diretoria do fórum. Até porque a própria decisão judicial do magistrado, de indeferimento da proemial monitoria, se confere inconstitucional, por força da CF/88, artigos. 93-IX e 97, CPC, c/c a Súmula Vinculante 10 do STF.

Logo de início, o artigo 1102-C, em seu § 1º, do CPC, isenta de custas e honorários se o devedor pagar a dívida no prazo da oferta dos embargos monitorios. O credor pouco perde por receber o seu débito em pouco tempo, que a Justiça morosa e tardia protege os devedores. O advogado perde por não receber seus honorários pela sucumbência. Os tribunais nada perdem, pois com o despacho do juiz, para o cumprimento do mandado, resolve-se a questão em poucos dias, com o depósito da dívida, artigo 5º-LXXVIII da CF. Por isso, não causa prejuízo pelo uso e abuso da cara máquina judiciária, com contestações e recursos impertinentes, rasteiros e mentirosos - desleais - e néscios.

A inconstitucionalidade pela exigência das custas iniciais pelo autor da ação, por lei estadual, já começa na simples, lógica e gramatical interpretação desse preceito processual. Ora, como pode se impor o pagamento de custas pelo autor se elas foram perdoadas ou isentadas ao réu. O contrário estará prestigiando o calote por devedor, para o descumprimento de suas obrigações, quer bancárias, quer com os particulares. Até pela grande incidência de cheques sem fundos. É uma enorme aberração jurídica, que nenhum julgador até hoje teve a consciência de justiça digna, séria e justa de repudiar a

anarquia jurídica e o absurdo jurisdicional, por decisões judiciais em acolher a exigência inconstitucional, com a reafirmação pelo STJ (Superior Tribunal de Justiça). O que os tribunais pátrios, mormente os superiores, têm que acabar com ditado popular: na Justiça: nada se cria, tudo se copia. É a incumbência e função jurisdicional dos julgadores corrigirem ou reformarem as decisões com os erros dos julgamentos, que são muitos e variados. Mas muito mais contra os pequenos.

Não só nesse caso obriga o réu ou devedor a pagar as custas. O próprio Código de Processo Civil (CPC), em várias passagens, ordena sim o réu a pagar as custas e despesas. O desprezo pelos tribunais se comprova, por inexistir uma só decisão determinando o respeito às normas processuais. Por que o menosprezo? Por ser decisão judicial contra os poderosos - os governos, grandes empresas e bancos -, os sempre perdedores, que pagarão no final.

Saindo até da isenção das custas iniciais pelo autor na monitoria, concedida por ordem expressa de preceito legal, o artigo 19 do CPC é bem claro ao mandar as partes proverem as despesas dos atos a se realizarem. A citação determinada pelo juiz é um ato de responsabilidade do réu, daí ter de pagar suas despesas. De igual modo, é a oferta da contestação, muitas vezes tão extensa, com perda de tempo em replicar. O pior. Foge do objeto da ação, arguindo preliminares absurdas, como a inépcia da inicial e outras ininteligíveis e mentirosas, insuscetíveis de prosperidade, além de atrair os delitos de estelionato, de falsidade ideológicas e outros crimes. O vergonhoso: o juiz termina acolhendo a preliminar de nenhum sentido jurídico, com o tribunal em nada reformando, por irresponsabilidade de julgamento, cujo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) deve tomar conhecimento desses julgamentos impuros e par-

ciais. Ou mesmo desonestos.

Com o artigo 22 do CPC, a isenção de custas iniciais da peça vestibular aparece de clareza solar quando o réu estará obrigado a pagar as custas se não alegar fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, por dilatar o julgamento da lide, além de perder a condenação dos honorários ainda que vencedor na causa. É o que acontece geralmente, com a busca da revelia pelo réu, com amparo nos artigos 285, 319 e, sobretudo no artigo 302 do CPC, que grande parte dos julgadores(as), em inconcebível e teratológico entendimento, acha que, com a apresentação da contestação, livra o réu da decretação da revelia. Ledo engano. Precisam levar mais a sério a interpeção da lei.

Não é divergente com aplicação do artigo 29 do CPC, pois com os atos adiados, por designação de audiência, e até em adiar o julgamento da ação proposta, o réu assume a responsabilidade de pagar as custas, por seus atos abusivos e de má-fé, que o recurso também se conserva nessa mesma responsabilização de reincidência nos abusos. São atos manifestamente protelatórios, impertinentes e supérfluos, que o artigo 31 do CPC recomenda ao réu pagar as custas ou despesas. Só que os réus, como poderosos, nunca são importunados uma vez só, para o cumprimento dos ditames legais.

Pelo visto, a monitoria se provou a isenção de custas iniciais nas ações promovidas pelo autor, com a simples interpretação salutar e saudável dos preceitos processuais, conferindo a exigência inconstitucional, mesmo por lei estadual. A inconstitucionalidade ainda se consolida quando os outros preceitos processuais isenta o autor de custas iniciais, em qualquer ação movida, consoante os dispositivos acima referidos, comparecendo também inconstitucional a decisão judicial desfundamentada,

que rejeita a isenção, na dicção da CF/88, artigos. 93-IX e 97, CPC, c/c a Súmula Vinculante 10 do STF.

Nessa desigualdade constitucional no tratamento para com o pequeno, humilha-o a fazer o pedido de assistência jurídica e sua gratuidade, com base no artigo 5º-LXXIV da CF c/c Lei 1060/50, que a jurisprudência já definiu a questão com apenas a declaração, cujos alguns julgadores(as) insistem em indeferir o pleito, embora sabedores de estarem protegendo os grandes e poderosos. Com as pessoas jurídicas, o col. STJ já definiu a questão com a prova da insuficiência de recursos da empresa e de dificuldades financeiras: 1. EREsp 388.045/RS, DJ 22/09/03, p. 252, a Corte especial definiu a assistência jurídica a pessoa jurídica com dificuldade financeira; 2) no mesmo sentido: EREsp 1.055037/MG; 3) com alegação em não poder arcar com as despesas do processo: AgAg no Ag 1229783/RS, 1292537//MG, 1.015372/SP, AgRg no REsp 1044784/MG, AgRg 1043790/SP e outros precedentes. Aguarda-se então que os deputados e senadores aprovelem leis claras a favor do povo para não pagar as custas iniciais, que serão resgatadas conforme se propôs.

A Justiça do homem enfim deve ser de eficácia indubitosa, justa, lúdima, transparente, séria, e íntegra para preservar a justiça social, a começar pela proteção aos direitos humanos dos cidadãos na isenção das custas iniciais dos processos. Não fazer da Justiça empresa lucrativa a exigir custas dos pequenos, com o fim de obter falsos lucros imediatos, cuja Justiça Divina, por sua Lei, de louvável interpretação e emprego imutável, exorta "Melhor é pouco, havendo justiça do que grandes rendimento, com injustiça" (Salmos 16.8).

\* Advogado.



José Antônio e Dilson Bessa denunciaram o 'esquema' de vendas de cadeiras de rodas

**CADEIRANTE DENUNCIA:**

# Cadeiras de rodas para doação são vendidas por servidor da SES

*As cadeiras, com preço de mercado de R\$ 1.800 estariam sendo vendidas, por um servidor de nome Reis, a R\$ 500 e R\$ 600; a polícia já investiga o caso*

O cadeirante José Antônio Almeida Pereira, conhecido como "Padeiro", de 49 anos, denunciou à Polícia Civil e à Promotoria da Pessoa com Deficiência que um suposto funcionário da Secretaria de Estado da Saúde (SES), identificado como Reis, está vendendo cadeiras de rodas que deveriam ser destinadas

gratuitamente às pessoas com deficiência. O cadeirante, que disse ao **Jornal Pequeno** ter sido vítima do esquema, afirmou que as cadeiras, que têm preço de mercado de R\$ 1.800, em média, estariam sendo vendidas a R\$ 500 e R\$ 600. O caso está sendo investigado pelo 9º Distrito Policial (São Francisco). **PÁGINA 5**

## CADEIRANTE DENUNCIA:

# Cadeiras de rodas para doação são vendidas por servidor da SES

*As cadeiras, com preço de mercado de R\$ 1.800 estariam sendo vendidas, por um servidor de nome Reis, a R\$ 500 e R\$ 600; polícia já investiga o caso*

POR JULY CAMILO

FOTOS: G. FERREIRA

O cadeirante José Antônio Almeida Pereira, conhecido como "Padeiro", de 49 anos, denunciou à Polícia Civil e à Promotoria da Pessoa com Deficiência que um suposto funcionário da Secretaria de Estado da Saúde (SES), identificado como Reis, está vendendo cadeiras de rodas que deveriam ser destinadas gratuitamente às pessoas com deficiência. O cadeirante, que disse ao **Jornal Pequeno** ter sido vítima do esquema, afirmou que as cadeiras, que têm preço de mercado de R\$ 1.800, em média, estariam sendo vendidas a R\$ 500 e R\$ 600. O caso está sendo investigado pelo 9º Distrito Policial (São Francisco).

Segundo José Antônio, que também é atleta e coordenador da Associação do Lesados Medular (ALM), no dia 5 de agosto de 2011 ele teria sido abordado por um homem desconhecido, que teria lhe oferecido uma cadeira de rodas por R\$ 800, mas ressaltou que caso ele adquirisse quatro, o valor cairia para R\$ 500 cada.



José Antônio e Dílson Bessa denunciaram o 'esquema' de vendas de cadeiras de rodas

"Padeiro" afirmou que, no momento da abordagem e durante toda a negociação, o homem evitou falar sobre a procedência das cadeiras, frisando apenas que o pai havia morrido e que ele precisava vendê-las.

"O produto era do fabricante Ortobrás, referência na produção de cadeira de rodas e com um dos melhores pneus do mercado, que é o 7.5 com câmara de ar. Não pensei duas vezes, afinal eu já tinha vários processos na SES no intuito de conseguir uma, mas nunca tive retorno; então, decidi comprar", disse José Antônio.

O cadeirante contou que marcou com o homem a entrega de duas cadeiras em sua residência, pelo valor de R\$ 500. Porém, o homem teria levado apenas uma, sob a justificativa de que havia acabado de vender a outra.

Segundo o cadeirante, para sua surpresa, no ato da entrega, um suposto funcionário da SES, conhecido como Reis, estava na companhia do homem com o qual o negócio havia sido feito. Foi o próprio Reis quem retirou a cadeira do carro e entregou ao cadeirante.

"Eu o conhecia, e percebi que ele ficou sem graça quando viu que era eu o comprador do produto. Eles foram a minha casa pela manhã, mas eu disse que só teria o dinheiro por volta de 14h do dia seguinte. Então o homem com quem negocie quis levar a cadeira e trazer depois, mas o Reis, que já me conhecia, falou que eu podia ficar com a cadeira, e que no outro dia ele voltaria para pegar o dinheiro", relatou "Padeiro".

O cadeirante contou ao JP que no dia seguinte o suposto funcionário da SES não apareceu, mas mandou outro homem efetuar a cobrança. No entanto, José Antônio disse ao homem que não pagaria "um centavo" pela cadeira de rodas, uma vez que ela pertencia à Secretaria

de Saúde e, portanto, era ilegal vendê-la. "Padeiro" também afirmou ao homem que denunciaria o esquema à polícia.

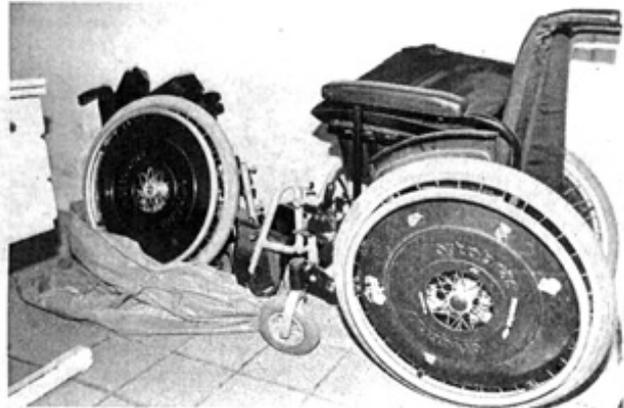
"A partir daí, comecei a ser intimidado. Me telefonavam várias vezes, dando prazos para eu devolver a cadeira, caso contrário tomariam 'providências'. Por fim, disseram que, se eu devolvesse a cadeira, eles pegariam meus três processos e agilizariam para eu receber três cadeiras, mas não aceitei e decidi denunciar o caso à Justiça e à polícia", disse José Antônio.

O caso passou, então, a ser acompanhado pelo coordenador do Fórum Maranhense de Entidades de Pessoas com Deficiência e Patologia, Dilson Bessa, que, junto com José Antônio, comunicou o fato à SES e ao Conselho Estadual de Saúde.

"O Conselho se comprometeu em apurar a denúncia, mas até o momento não deram nenhum posicionamento sobre as investigações administrativas", afirmou Dilson Bessa, que garantiu ao JP que Reis continua não só exercendo normalmente suas funções dentro da SES como também vendendo outras cadeiras de rodas.

"O Maranhão possui mais de 1 milhão de pessoas com deficiência, sendo 112 mil só em São Luís. Infelizmente, muitos pedidos dos cadeirantes, que são protocolados no setor de Órtese e Prótese da SES, não são atendidos. Há muita solicitação e pouca entrega. No interior, principalmente, muitas crianças portadoras de deficiência deixam de estudar por falta de condições de locomoção", afirmou Dilson Bessa.

**Polícia investiga** - O delegado Sebastião Cabral, do 9º Distrito Policial (São Francisco), responsável pela investigação do caso, disse ao JP que várias pessoas já foram ouvidas, entre elas



Dois cadeiras de rodas foram apreendidas pela polícia

o cadeirante identificado como Valter Azevedo de Castro, que também teria adquirido, na mesma época que "Padeiro" e pelo mesmo esquema, uma cadeira de rodas no valor de R\$ 600.

Valter revelou à polícia que em agosto de 2011 passou um período internado no Hospital Sarah Kubitschek e lá conheceu um homem que teria vendido as cadeiras a ele e a outros dois pacientes, também portadores de deficiência, sendo um do interior do Maranhão e o outro de fora do estado.

De acordo com o delegado Sebastião Cabral, Valter Azevedo disse em seu depoimento que o homem que fez a entrega da cadeira de rodas a ele estava num Celta preto, mas nunca revelou sua identidade nem a procedência das cadeiras.

Diante do fato, o delegado solicitou a apreensão das cadeiras de Valter e de José Antonio.

"Já convoquei para depor a funcionária do setor de Órtese e Prótese da SES, Jaqueline Ribeiro, e na sequência vou solicitar ao setor de Recursos Humanos da SES o nome completo e a função do tal Reis, pois até agora não sabemos quem ele é e nem o que faz na secretaria. Vou pedir

também a relação de pacientes que estavam internados no Sarah Kubitschek na época em que o Valter esteve lá para tentar localizar as outras pessoas que também adquiriram as cadeiras de rodas", informou Sebastião Cabral.

"O caso ainda está em fase de apuração. Portanto, ainda é cedo para afirmarmos quantas cadeiras já foram vendidas no suposto esquema criminoso e quantas pessoas podem estar envolvidas nesse esquema", afirmou o delegado.

**Nota da SES** - Em nota enviada ao JP, a Secretaria de Estado da Saúde (SES) informou que nenhum servidor da SES foi identificado pelo nome de "Reis", nem no Almoarifado e tampouco no setor competente (Órtese e Prótese).

Também de acordo com a SES, o secretário Ricardo Murad solicitou à Secretaria de Segurança Pública a apuração do caso e punição dos eventuais envolvidos.

Murad também orientou as pessoas que porventura sejam abordadas com a proposta relatada na matéria que denunciem imediatamente o caso à polícia e aos órgãos competentes.

## Ignorância ou má-fé?

**ORIANA GOMES\***

No dia 27 de janeiro do ano fluente, tomei conhecimento de notícia veiculada com informações deturpadas quanto a voto proferido no dia anterior, no julgamento de um recurso, como membro substituto do TRE/MA. Fiquei surpresa com a desinformação ali contida. Ao contrário da ignorância demonstrada pelo “jornalista”, não reformulei voto algum. Votei apenas uma única vez. Para conhecimento do tal “jornalista” a signatária não era a Relatora e nem a Revisora do Recurso, portanto, não poderia modificar o voto. Quanto ao outro “jornalista-político” ou vice-versa, se ele tem dono, não é o caso desta magistrada, pois, todas as funções públicas exercidas até a presente data, decorreram de esforço pessoal: passei em 09 (nove) concursos federais e 04 (estaduais), todos nos primeiros lugares, passei em 02 (dois) vestibulares nos primeiros lugares na Ufma (Direito e Pedagogia). Ainda não terminei meu curso de mestrado pela dedicação aos mais de 08 (oito) mil processos que tinha na 3ª Vara Cível, à qual dediquei parte da minha vida e nesta Vara dos Crimes Contra a Ordem Tributária (e a comunidade maranhense é testemunha disso!). Assim, nada devo a ninguém a não ser ao Senhor Deus e seu Filho Jesus Cristo, a alguns professores, os quais sempre me estimularam e me ajudaram emprestando livros. Destaco, sobretudo, Rosa Maria Varela (primário); Maria Helena Bello, Concita Quadros, Maria da Graça Jorge (ensino médio), Nivaldo Macieira, Alberto Tavares, Dionísio Rodrigues (no ensino universitário), Luiz Flávio Gomes, Vera Regina e Caldas Góis Júnior (Pós-graduação).

Como servidora pública em cargos de destaque (Promotora de Justiça, Magistrada e Professora Universitária

– este último o mais importante deles) procuro agir com ética e dignidade, portanto, jamais deixaria de proferir um voto que considero compatível com o DIREITO e a JUSTIÇA, para agradar A ou B; ou, por medo da pressão da mídia, que ora é a favor de uns, ora de outros, dependendo daqueles que lhes dão suporte financeiro para manter seus jornais. Não é o caso da signatária. Quem conhece esta magistrada sabe que se votei pela nulidade do ato, em virtude da não publicação, é porque tal situação fere o princípio do contraditório e da ampla defesa (arts. 5º, incisos LIV e LV; e 37, caput da Constituição Federal da República). E, nesse caso, não interessa se o réu é branco, preto, azul, amarelo, político, ou não-político.

Todos que vão às Portas do Judiciário ou nelas são chamados devem ter os direitos respeitados por atos lícitos. Por enquanto, penso que o “jornalista” agiu pela ignorância, da próxima vez, pode-se inferir que agirá de má-fé. Ademais, as decisões judiciais possuem meios próprios para serem discutidas, evidente que os meios de comunicação não são apropriados para atacar tais decisões e, muito menos, o convencimento e a dignidade do magistrado! A função do verdadeiro jornalista é comunicar a verdade dos fatos, agora, iniciar uma matéria distorcida, apenas por critério de conveniência política, é falta de ética não somente com os colegas de profissão, mas com a própria sociedade. Por outro lado, a função do magistrado é não compactuar com atos processuais nulos, preservando a dignidade de todos!

*\*Especialista em Ciências Criminais, Pós-graduanda em Direito Constitucional e Tributário, Magistrada e Professora da Ufma.*